

Cinco temas são tratados neste número de Pro-Posições, todos de significativa relevância para pesquisadores e profissionais da educação. Crítica da razão moderna, teoria da alteridade, dimensão ética da relação pedagógica, uso da abordagem qualitativa na pesquisa educacional e discurso sobre a educação permanente são os temas deste número.

Modernidade e pós-modernidade são temas da reflexão e debate de filósofos e pensadores, especialmente da Europa e dos Estados Unidos nestas duas últimas décadas, e suas implicações para o processo educacional já começam a ser explicitadas e reconhecidas. É nesta linha de idéias que se situa o trabalho de Pedro Goergen a respeito da crise da modernidade e sua relação com a educação. Em seu texto o autor busca especialmente relacionar os conceitos de modernidade e pós-modernidade subjacentes às abordagens de Habermas e Lyotard, destacando, por um lado, a convergência de ambos quanto ao reconhecimento da crise do conceito de racionalidade, imperial, monológico e salvador da humanidade e, por outro, a divergência quanto à alternativa à crise. Enquanto para Lyotard, a saída é a pós-modernidade em decorrência da dissolução da racionalidade moderna num fragmentarismo sem perspectiva, para Habermas este conceito deve apenas ser redimensionado comunicativamente. Como observa Goergen, a crise do conceito tradicional de razão tem importância radical para a teoria e prática pedagógicas, uma vez que estas se fundam sobre o conceito moderno de razão.

O exame da alteridade na relação intersubjetiva é o tema do paper de José Paulo Coutinho Dunley Jr. Visando preencher uma lacuna na literatura em educação e ciências humanas em relação a este tema, o autor reconhece que há uma profusão de teorias do sujeito na filosofia contemporânea, mas uma carência de teorias do outro aplicadas à relação pedagógica, psicanalítica e assistencial, entre outras. Em seu texto, procura dar o primeiro passo na reconstrução do processo de explicitação do conceito de outro a partir de Descartes, marco inicial de tal investigação, para concluir pela relevância de uma filosofia do outro como precursora de uma pedagogia do outro.

Na trilha da discussão sobre a filosofia do outro, o trabalho de Adriano Rodrigues Ruiz e Luzia Marta Bellini apresentam uma reflexão sobre ética e educação para discutir a legitimidade das relações afetivas, intelectuais e morais que se estabelecem com fins educacionais e mostrar a íntima relação entre a percepção do outro e a opção por uma determinada concepção epistemológica. Para sua argumentação, tomam como referência a perspectiva empirista behaviorista e a abordagem construtivista piagetiana. A perspectiva empirista behaviorista valoriza prioritariamente o controle do ambiente escolar para maximizar a transmissão de conhecimentos e legitima a ação do adulto sobre a criança. A abordagem construtivista permite principalmente que a criança supere o egocentrismo

afetivo, moral e intelectual e legitima os procedimentos que priorizam a interação entre os iguais. São evidentes as implicações desta reflexão para a revisão crítica dos fundamentos e da prática da relação pedagógica entre educador e educando.

Os “usos e abusos da Antropologia na pesquisa educacional” são o objeto da discussão de Ana Lúcia E. F. Valente em seu trabalho. Através do resgate histórico do processo de construção dos instrumentos de pesquisa da Antropologia, a autora espera contribuir para o debate sobre o emprego dos instrumentos de pesquisa desta ciência por outras áreas de conhecimento, em especial pela educação, onde a abordagem qualitativa vem ganhando crescente popularidade. O conhecimento daquele processo e das implicações teórico-metodológicas de sua utilização conferirá tanto aos usuários quanto aos seus críticos uma compreensão mais adequada do alcance e dos limites da abordagem qualitativa na pesquisa educacional.

Finalmente, o paper de Lucila Arouca Schwantes busca analisar “o discurso sobre a educação permanente” veiculado pelas Conferências Mundiais sobre Educação de Adultos em seus textos e documentos no período de 1960 a 1983. Na documentação do período analisado, a autora identifica três correntes principais de pensamento - a internacional, a americana e a européia - refletindo diferentes raízes, programas, métodos, instituições e perspectivas, todas influenciando de algum modo na introdução de políticas e métodos de educação permanente nos países latino-americanos. Destaca ainda Lucila Arouca que organismos internacionais vêm fazendo de certos países da América Latina “verdadeiros laboratórios experimentais, nos quais a dominação cultural é vista como um constante convite à identificação ingênua e à educação para a domesticação”. Reorientar a educação permanente para torná-la um instrumento de progressiva emancipação humana e de contínua atualização profissional das pessoas na sociedade do conhecimento, da informação e da aprendizagem é uma tarefa que toda instituição educacional precisa daqui para frente promover e assumir.

José Camilo dos Santos Filho
Editor